

Por um novo internacionalismo*

Michael Löwy**

Resumo:

Para Marx e Engels, o internacionalismo era, ao mesmo tempo, a peça central da estratégia de organização e luta do proletariado contra o capital global e a expressão de uma pretensão humanista e revolucionária. Em reação aos malefícios da globalização, pode-se observar, aqui e acolá, os germes de um novo internacionalismo. São as bases do que um dia se tornará “a Internacional da Resistência” contra a ofensiva capitalista neoliberal.

De todas as frases do *Manifesto Comunista*, a última é sem dúvida a mais importante, a que tocou a imaginação e o coração de várias gerações de militantes (homens e mulheres) e operários e socialistas: “Proletários de todos os países, uni-vos! *Länder, vereinigt euch!*”. Não por acaso esta interjeição se tornou a bandeira e palavra de ordem das correntes mais radicais do movimento nos últimos 150 anos. Trata-se de um grito, de uma convocação, de um imperativo categórico tanto ético como estratégico, que serviu de bússola em meio a guerras, confrontos confusos e nevoeiros ideológicos.

Esse apelo era visionário. Em 1848, o proletariado era apenas uma minoria da sociedade na maioria dos países da Europa, sem falar do resto do mundo. Hoje, a massa dos trabalhadores assalariados explorados pelo capital — operários, independentes, trabalhadores dos serviços precários, trabalhadores agrícolas — é a maioria da população do globo. É, de longe, a força principal no combate de classe contra o sistema capitalista mundial, o eixo em torno do qual podem e devem se articular outras lutas e outros atores sociais.

De fato, o desafio não diz respeito somente ao proletariado: é o conjunto das vítimas do capitalismo, o conjunto das categoria e grupos sociais oprimidos — mulheres (um pouco ausentes do *Manifesto*), nações e etnias dominadas, desempregados e excluídos (o “pobretariado”) de todos os países que estão interessados na mudança social. Sem falar da questão ecológica, que não atinge um ou outro grupo, mas o conjunto da espécie humana.

Para Marx e Engels, o internacionalismo era ao mesmo tempo uma peça central da estratégia de organização e luta do proletariado contra o capital global, e a expressão de uma perspectiva humanista revolucionária,

* Traduzido de Löwy, Michael, *Recherches Internationales*, nº 52-53, 1998, por Renata Gonçalves, pós-graduanda em Ciências Sociais pela PUC-SP e membro do Neils.

** Sociólogo, diretor de pesquisa no CNRS. Publicou recentemente *La théorie de la révolution chez le jeune Marx* (Paris, ed. Sociales, 1997) e *Patries où planète? Nationalismes et internationalismes de Marx à nos jours* (Lausanne, ed. Page deux, 1997). [Nationalismos e internacionalismos — da época de Marx aos nossos dias, São Paulo, Xamã, 1998, no prelo]

para a qual a emancipação da humanidade era o valor ético supremo e o objetivo final do combate. Eram “cosmopolitas” comunistas, na medida em que o mundo inteiro, sem fronteiras nem limites nacionais, era tanto o horizonte de seu pensamento e de suas ações, assim como o conteúdo de sua utopia revolucionária.

O comunismo é um movimento internacionalista em razão do caráter universalista e humanista de seus objetivos. Sem essa dimensão ética, não é possível compreender o engajamento total e o sacrifício de gerações de militantes do movimento operário pelo mundo pela causa do socialismo internacional. Entretanto, se o internacionalismo fosse apenas um princípio moral, um imperativo categórico, seria fácil rejeitá-lo como uma bela utopia. Se este não é o caso, é porque ele tira sua força política de condições objetivas, concretas e materiais, já analisadas por Marx e Engels no *Manifesto*: a unificação econômica do mundo pelo sistema capitalista.

Como toda totalidade dialética, o capitalismo mundial não é a soma de suas partes, as economias nacionais, assim como a luta de classes internacional não é a soma das lutas nacionais. Um e outro configuram um todo orgânico, com suas próprias formas de evolução, distintas das particularidades de seus componentes. Georges Lukács tinha razão em insistir, em *História e consciência de classe* (1923), sobre a importância da categoria da totalidade como fundamento metodológico do ponto de vista revolucionário. Do ponto de vista dialético da totalidade, uma situação local ou nacional não pode ser compreendida teoricamente e transformada praticamente, se for ignorado como ela se articula com o conjunto, isto é, com a evolução mundial econômica, social e política.

É preciso acrescentar que a unificação do planeta pelo modo de produção capitalista atingiu hoje um nível incomparavelmente mais elevado que em 1848. Seja pela lógica do próprio mercado mundial, ou por suas instituições como o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, o grande capital financeiro internacional impõe suas leis, suas regras, seus *diktats* ao mundo inteiro. E essa unificação econômica encontra igualmente uma expressão política e militar no atlantismo ocidental, no intervencionismo americano, etc. O internacionalismo socialista consiste também na tomada de consciência dessa realidade objetiva.

Qual é então o fator decisivo da luta de classes: as condições nacionais ou as internacionais? Deve-se privilegiar a importância do processo mundial ou, como Mao pôde escrever, os fatores internos e as determinações nacionais (endógenas)? Colocada assim, a questão não leva a parte alguma. Ela implica uma separação abstrata, metafísica e estática entre o nacional e o internacional, o “interno” e o “externo”, o “dentro” e o “fora”. O ponto de vista dialético debruça-se precisamente sobre a compreensão da unidade contraditória entre a economia nacional e o mercado mundial, entre a luta de classes nacional e internacional — unidade que já aparece no fato da especificidade nacional (econômica e social) ser o produto do desenvolvimento desigual do capitalismo internacional.

Em compensação, o que é falso no *Manifesto*, é a idéia segundo a qual o capitalismo industrial moderno é essencialmente uma força de homogeneização, que cria condições de vida e de luta idênticas para os explorados de todos os países. Essa tese ignora não somente as especificidades culturais de cada nação, mas também as incríveis desigualdades e as profundas diferenças nas condições de vida entre o centro e a periferia do sistema capitalista mundial. A solidariedade não pode resultar da identidade, mas da complementaridade e da interdependência dos interesses e dos combates.¹

Marx e Engels não se limitaram a pregar a unidade proletária sem fronteiras. Tentaram, durante uma boa parte de suas vidas, dar uma forma concreta e organizada à solidariedade internacionalista. Num primeiro momento, juntando revolucionários alemães, franceses e ingleses na Liga dos Comunistas de 1847-48, e mais tarde, contribuindo para a construção da Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864, e — no tocante a Engels — de sua herdeira, a Segunda Internacional.

Como se sabe, agosto de 1914 provocou o desmoronamento catastrófico da Internacional, quando a grande maioria do movimento operário socialista foi submergida por uma imensa onda de histeria nacionalista e patrioteira, em nome da “defesa nacional”. Isto, contudo, não devia marcar o fim do internacionalismo no século XX, mas o início de um novo impulso internacionalista no seio do movimento operário: primeiro limitado a pequenos círculos de revolucionários ou pacifistas, em seguida, após 1917, desenvolvendo-se num impressionante movimento de massa, a Internacional Comunista.

Apesar de seus defeitos — uma estrutura demasiadamente centralista, um peso excessivo do partido bolchevique — o Komintern foi um movimento mundial que colocou realmente em prática o internacionalismo proletário — pelo menos durante seus primeiros anos. Sua existência constituiu uma prova histórica de que o ideal de solidariedade internacional dos explorados não é somente uma utopia, um princípio abstrato, mas pode, em circunstâncias dadas, exercer uma atração de massa sobre os trabalhadores e outras camadas sociais oprimidas. Em vários países europeus ou coloniais importantes, a Terceira Internacional conquistou setores decisivos e às vezes até mesmo a maioria do movimento operário organizado, desmentindo o mito conservador segundo o qual as grandes massas do povo trabalhador não podem ir além da ideologia nacional.

Em outras palavras: o internacionalismo socialista — como, aliás, a esperança revolucionária — fundamenta-se não somente em uma análise objetiva da economia e da política mundiais, mas também sobre uma aposta histórica acerca da racionalidade da classe operária, sobre a capacidade das massas populares em compreender, cedo ou tarde, seus interesses objetivos históricos.

No entanto, esse formidável movimento de fé e de ação internacionalistas — sem precedente na história do socialismo — o incrível capital de energia e de engajamento internacionalistas que representava a

1. Como observava Trotski (1930:II), “se tomamos a Inglaterra e a Índia como os dois pólos do capitalismo, devemos reconhecer que o internacionalismo dos proletários ingleses e indianos não é em nada fundado sobre a identidade de suas condições, tarefas e métodos, mas sobre sua estreita interdependência”.

Internacional Comunista, tudo isso foi destruído pelo stalinismo. Este último canalizou essa energia em benefício do nacionalismo burocrático, de sua política de Estado e de sua estratégia de poder. O internacionalismo foi posto a serviço da política externa soviética e o movimento comunista mundial transformado em instrumento da construção do “socialismo em um só país”. A política feita pelo Komintern em relação ao nazismo alemão, desde o final dos anos 20 até sua dissolução em 1943, fornece o exemplo mais chocante: seus estranhos ziguezagues tinham pouca relação com os interesses vitais dos trabalhadores e dos povos europeus, mas estavam exclusivamente determinados pelas mudanças que intervinham na política soviética (stalinista) de alianças diplomáticas e militares.

Contudo, a Europa dos anos 30 ainda pôde assistir a um dos exemplos mais impressionantes de prática internacionalista, com as Brigadas Internacionais na Espanha e a mobilização geral em solidariedade à luta antifascista durante a guerra civil espanhola. Dezenas de milhares de voluntários — comunistas, socialistas, anarquistas, trotskistas, marxistas independentes, antifascistas de diversas tendências — vieram do mundo inteiro ajudar o povo espanhol na sua luta desesperada contra o fascismo. Graças a ajuda de Hitler e de Mussolini — e à chamada política de “não intervenção” das democracias ocidentais — essa guerra foi perdida, mas o combate das Brigadas Internacionais — em cujas batalhas tombaram inúmeros voluntários — permanece uma das mais grandiosas manifestações do internacionalismo deste século.

O que restava do “internacionalismo” dentro do movimento comunista mundial dominado pelo stalinismo após a dissolução do Komintern era essencialmente uma fidelidade cega à União Soviética e a seu papel dirigente. As únicas exceções foram pequenas tendências revolucionárias, entre as quais a mais importante era a Quarta Internacional. Mas sua influência era limitada.

O grande mérito da Quarta Internacional, fundada por Léon Trotski em 1938, foi não somente o de salvaguardar a herança comunista/internacionalista contra a falsificação burocrática stalinista, mas também de renovar, sob o impulso de figuras como Ernest Mandel, a reflexão e a prática revolucionárias, em função das novas condições históricas. O preço a pagar por uma posição independente em relação aos campos da Guerra Fria foi um certo isolamento e uma série de crises, seguidas por cisões e pela multiplicação de grupos — freqüentemente seitas — reclamando a si o trotskismo.

Desde o final dos anos 50, assiste-se a uma nova onda de práticas internacionalistas, certamente minoritárias, mas significativas: as redes de apoio à Revolução Argelina, a rede de solidariedade às lutas do Terceiro Mundo, animada por Henri Curiel, os movimentos de apoio aos revolucionários vietnamitas, etc. O ano de 1968 vê uma explosão de radicalidade internacionalista, que encontra sua expressão em algumas palavras de ordem magnificamente insolentes: “Não damos a mínima às fronteiras”, “Somos todos judeus alemães”.

Contrariamente ao que pretendem os ideólogos neoliberais, a globalização capitalista não contribui de modo algum para criar uma “nova ordem mundial” pacífica e harmoniosa: muito pelo contrário, ela alimenta os pânico identitários e os nacionalismos tribais. A falsa universalidade do mercado mundial desencadeia os particularismos e enrijece as xenofobias: o cosmopolitismo mercante do capital e as pulsões identitárias agressivas entretêm-se mutuamente.²

Graças ao conceito de imperialismo, o marxismo pode escapar às armadilhas do falso universalismo euro-centrista — ou “ocidental” — que pretende impor a todos os povos do mundo, principalmente aos da periferia, sob a cor da “civilização”, a dominação do modo de vida burguês/industrial moderno: a propriedade privada, a economia de mercado, a expansão econômica ilimitada, o produtivismo, o utilitarismo, o individualismo possessivo e a racionalidade instrumental.

O marxismo visa a realização de um universal concreto (Hegel), capaz de integrar em si, sob a forma da *Aufhebung* — a ultrapassagem/inclusão — dialética, toda a riqueza do particular. Enfim, um universalismo que respeita a diversidade das culturas sem absolutizá-las, e que não seja a fachada do particularismo ocidental.

Não se trata de negar o valor universal de certas conquistas da cultura europeia após 1789, como a democracia, a laicidade e os direitos humanos. Trata-se simplesmente de recusar o falso dilema entre o pretenso universalismo “ocidental” e o culto bitolado das diferenças culturais — ou, no caso da unificação europeia, entre a unidade capitalista/mercantil supranacional e o ensimesmamento nacionalista sobre as “pátrias” existentes.

Para o marxismo, o valor fundamental dessa unidade concreta é a libertação dos seres humanos de todas as formas de opressão, dominação, alienação e aviltamento. Trata-se de uma universalidade utópica, contrariamente às pseudo-universalidades ideológicas que fazem a apologia do *status quo* ocidental como já sendo o universal humano acabado, o fim da história, o espírito absoluto realizado. Somente um universal crítico desse tipo, orientado ao futuro emancipado, permite ultrapassar os nacionalismos bitolados, os culturalismos tacanhos, os etnocentrismos.

Esse universalismo autêntico só poderá ser levado a cabo pela ação comum das vítimas da ordem mundial capitalista. Ora, cento e cinquenta anos após o *Manifesto* e oitenta após a fundação da Internacional Comunista, o que resta do grande sonho de solidariedade internacional entre todos os oprimidos?

Depois da queda do muro de Berlim, decretou-se o fim do socialismo, o fim da luta de classes e até mesmo o fim da história. Os movimentos sociais dos últimos anos, na França, na Itália, na Coreia do Sul, no Brasil ou nos Estados Unidos — de fato, em todo lugar do mundo — trouxeram um desmentido rude a esse tipo de elucubração pseudo-hegeliana.³

Por outro lado, o que falta dramaticamente às classes subalternas é um mínimo de coordenação internacional. Hoje, mais do que em qualquer

2. Retomo por minha conta as análises de Daniel Bensaïd em seu notável livro *Le Pari Mélancolique* (1997).

3. Que pensam os próprios alemães sobre essa questão, oito anos após a queda do muro? Será que acreditam que “Hoje a luta de classes está ultrapassada? Empregadores e assalariados devem se arranjar entre parceiros” ou “É justo falar de luta de classes. Empregadores e empregados no fundo têm interesses totalmente incompatíveis”? Eis uma pesquisa interessante, publicada no dia 10 de dezembro

pela
*Frankfurter
Allgemeine
Zeitung*, um
jornal pouco
suspeito de
simpatias
marxistas:
enquanto, em
1980, 58% dos
cidadãos
alemães-
ocidentais
optavam pela
primeira
resposta e
25% pela
segunda, em
1997 a
tendência se
inverteu: 41%
ainda julgam a
luta de classes
em desuso, e
44% a estimam
na ordem do
dia. Na ex-
Alemanha
Oriental – ou
seja, as
pessoas que
derrubaram o
Muro de Berlim
– a maioria é
mais nítida
ainda: 58%
dos partidários
do combate de
classe contra
26%! Cf. *Le
Monde
Diplomatique*,
nº 526, janeiro
de 1998, p. 8.

outra época do passado, e muito mais que em 1848, os problemas urgentes da atualidade são internacionais. Os desafios que representam a mundialização capitalista, o neoliberalismo, o jogo descontrolado dos mercados financeiros, a monstruosa dívida e o empobrecimento do Terceiro Mundo, a degradação do meio ambiente, a ameaça de crise ecológica grave — para mencionar somente alguns exemplos — exigem soluções mundiais.

Ora, temos de constatar que em face da unificação regional — a Europa — ou mundial do grande capital, a de seus adversários marca o passo. Se, no século XIX, os setores mais conscientes do movimento operário, organizados nas Internacionais, estavam à frente da burguesia, hoje estão dramaticamente atrasados em relação a ela. A necessidade da associação, da coordenação, da ação comum internacional, do ponto de vista sindical, ao redor de reivindicações comuns, e do ponto de vista do combate para o socialismo, nunca foi tão urgente, e nunca ela foi tão fraca, frágil e precária.

Isto não quer dizer que o movimento por uma mudança social radical não deva começar nos marcos de uma ou de algumas nações, ou que os movimentos de libertação nacional não sejam legítimos. Mas as lutas contemporâneas são, em grau jamais visto, interdependentes e interrelacionadas, de um lado a outro do planeta. A única resposta racional e eficaz à chantagem capitalista, à deslocalização e à “competitividade” — é preciso baixar os salários e os “encargos” em Paris para fazer concorrência aos produtos de Bangcoc — é a solidariedade internacional organizada e efetiva dos trabalhadores. Hoje aparece, de maneira mais nítida que no passado, a que ponto os interesses dos trabalhadores do Norte e do Sul são convergentes: o aumento dos salários dos operários no Sul da Ásia interessa diretamente aos operários europeus; o combate dos camponeses e dos indígenas pela proteção da floresta amazônica contra os ataques destruidores da *agrobusiness* toca de perto os defensores do meio ambiente nos Estados Unidos; a recusa ao neoliberalismo é comum aos movimentos sindicais e populares de todos os países. Poderíamos multiplicar os exemplos.

Trata-se de qual internacionalismo? O falso “internacionalismo” submetido a blocos ou “Estados-guias” — a União Soviética, a China, a Albânia, etc. — está morto e enterrado. Ele foi instrumento de burocracias nacionais mesquinhas, que o utilizaram para legitimar sua política de Estado. É chegado o tempo de um novo início, que preserve ao mesmo tempo o que havia de melhor nas tradições internacionalistas do passado.

O inimigo comum é fácil a ser identificado: a mundialização capitalista, os mercados financeiros, o grande capital transnacional e suas instituições — o FMI, o Banco Mundial, o OMC, a OCDE, o G-7 — assim como todas as políticas neoliberais e os tratados livre-cambistas como o Nafta, na América do Norte, o tratado de Maastricht, a AMI. São eles os responsáveis pelo horror econômico: o crescimento vertiginoso do desemprego e da exclusão, as desigualdades cada vez mais gritantes, o endividamento dos países pobres, o desmantelamento dos serviços públicos e da seguridade social, a pilhagem e a contaminação do meio ambiente.

Em reação aos malefícios da globalização, pode-se observar, aqui e acolá, os germes de um novo internacionalismo independente de qualquer Estado. São as bases daquilo que se tornará um dia a “Internacional da Resistência” contra a ofensiva capitalista neoliberal. Sindicatos combativos, socialistas de esquerda, comunistas desestalinizados, trotskistas não-dogmáticos e anarquistas sem sectarismo, buscando as vias para a renovação da tradição do internacionalismo proletário.

Iniciativas de coordenação internacional se multiplicaram nos últimos anos. Mencionemos, entre muitas outras: o Instituto de Pesquisas Críticas de Amsterdã, rede de intelectuais marxistas que se estende a vários continentes; o Fórum por uma Alternativa Econômica, lançado por iniciativa de Samir Amin; a conferência dos povos contra o livre câmbio e a OMC, de Genebra; a associação internacional Atacc (Ação por uma taxa Tobin de ajuda aos cidadãos) contra a especulação sobre os mercados financeiros, criada pelo jornal *Le Monde Diplomatique*.

Os intelectuais críticos têm um papel a desempenhar nessa pesquisa. Em seu livro de 1993, *Spectres de Marx*, Jacques Derrida denunciava a “nova ordem internacional” — “nunca a violência, a desigualdade, a exclusão, a fome e, logo, a opressão econômica afetaram tanto seres humanos, na história da terra e da humanidade” — e chamava a atenção para o processo de gestação de uma resistência internacional: “A ‘nova ordem internacional’, não é somente a que procura um novo direito internacional através desses crimes. É um laço de afinidade, de sofrimento e de esperança, um laço ainda discreto, quase secreto, como às voltas de 1848, mas cada vez mais visível — tem-se mais de um sinal. É um laço intempestivo e sem estatuto, sem título e sem nome, pouco público apesar de não ser clandestino, sem contrato, *out of joint* sem coordenação, sem partido, sem pátria, sem comunidade internacional (internacional antes, através e além de qualquer determinação nacional) sem cidadania, sem pertencimento comum a uma classe” (1993: 141-2). Mais recentemente, Pierre Bourdieu, numa conferência aos sindicalistas alemães da DG, lançava um apelo a um “novo internacionalismo, ao nível sindical, intelectual e popular”, inspirado pela “vontade de romper com o fatalismo do pensamento neoliberal” (1998: 71-4).

A essas tomadas de posição, é preciso somar certas atividades intelectuais coletivas importantes ao longo dos últimos anos. Iniciativas como os Congressos Marx I° (1995) e II° (1998), organizados em Paris pela revista *Actuel Marx*, ou ainda o Encontro Internacional pelos 150 anos do *Manifesto Comunista* (maio de 1998) que aconteceu em Paris sob a iniciativa da associação *Espaces Marx*, com a participação de universitários e atores do movimento social de sessenta países, são a expressão de uma necessidade de debate e de confronto de idéias em escala planetária, num espírito de pluralismo e de respeito mútuo. Esses encontros são lugares que podem contribuir ao impulso de uma resistência cultural à dominação dos dogmas neoliberais e à busca de alternativas às catástrofes da globalização capitalista. A Rede Espaços Marx Internacional, criada após o encontro de maio de 1998, pode ser um instrumento útil para essa tarefa essencial.

Mas, em última análise, é da coordenação entre os atores políticos e sociais dos movimentos socialistas, democráticos e antiimperialistas que depende o futuro. O que acontece com as correntes organizadas do movimento operário internacional hoje?

A mais importante é, sem dúvida, a Internacional Socialista: reconstruída em 1951 por uns vinte partidos, ela regrupa hoje mais de cento e quarenta, dos socialistas chilenos ao Partido da Revolução Democrática mexicano, do Fatah aos sociais-democratas mongóis, sem esquecer os grandes partidos social-democratas europeus. Mas ela constitui, como queria Pierre Mauroy, “o recurso natural contra a opressão política e o poder do dinheiro”? (1998:4). É permitido duvidar, a se julgar pelas proposições de um Tony Blair ou de um Gerhard Schröder, ou ao se considerar que o projeto de futuro que será apresentado no congresso de 1999 do IS será redigido por... Felipe Gonzalez. Muitos dos componentes da IS estão comprometidos com a ordem de coisas existente — mesmo se encontrando, em seu interior, correntes críticas que se propõem a lutar contra o consenso neoliberal.

O movimento comunista internacional conheceu uma crise profunda com o desmoronamento pouco glorioso da União Soviética e das outras “democracias populares”. Muitos partidos comunistas, comprometidos por sua cegueira passada sobre os erros e os crimes do stalinismo, perderam muito de sua força ou desapareceram. Mas o fim do assim chamado “socialismo real” também criou um dado novo e permitiu a uma parte do movimento comunista operar uma mutação e procurar novos caminhos. Alguns dos partidos e/ou correntes comunistas prestarão, sem dúvida, uma grande contribuição, importante para a renovação do internacionalismo, desde que escapem das duas tentações contraditórias que os ameaçam: o voltar-se para o passado stalinista ou a social-democratização.

A Quarta Internacional permanece, na atualidade, o único agrupamento internacional orgânico de formações revolucionárias que partilham uma mesma orientação programática geral. Mas ela está consciente de sua fraqueza e da necessidade de contribuir para a Criação de um quadro internacional mais amplo, pluralista e democrático. Na ocasião de seu último congresso, ela se propôs a desenvolver “o necessário debate com nossos parceiros sobre a constituição de um agrupamento internacional e mesmo a construção de uma nova Internacional”.⁴

Uma iniciativa interessante, mesmo se permanece limitada a uma única região do mundo, é o Fórum de São Paulo, lugar de debate e de ação comum das principais forças da esquerda latino-americana constituída em 1990, que se dá por objetivo o combate contra o neoliberalismo e a busca de vias alternativas, em função dos interesses e das necessidades das grandes maiorias populares. Graças a seu caráter democrático, “policêntrico” e pluralista, o Fórum conseguiu, pela primeira vez, reunir a grande maioria das correntes progressistas da América Latina, incluindo forças tão diversas como o PT brasileiro, o PC cubano, a Frente Sandinista, o FMLN de El Salvador, o PRD mexicano e a Frente Ampla do Uruguai (entre muitas outras).

4.14º
Congresso
mundial da
quarta
Internacional,
Inprecor
fevereiro de
1996, p. 61.

A renovação do internacionalismo não passa somente pelas forças sindicais e políticas do movimento operário e socialista. Novas sensibilidades internacionalistas surgem também nos movimentos sociais com vocação planetária, como o feminismo e a ecologia, nos movimentos anti-racistas, na teologia da libertação, nas associações de defesa dos direitos humanos ou em solidariedade com o Terceiro Mundo. Se certas ONGs internacionais se adaptam ao quadro neoliberal dominante e se limitam a dar “conselhos” ao FMI e ao Banco Mundial, outras, como o Comitê pela Abolição da Dívida do Terceiro Mundo, de Bruxelas, têm uma vocação claramente antiimperialista. Os cristãos radicalizados são uma componente essencial, tanto de movimentos sociais do Terceiro Mundo — como o Movimento dos Sem-Terra no Brasil — quanto de associações europeias de solidariedade com as lutas dos países pobres. Inspirados pela ética humanista e ecumênica do cristianismo, eles dão uma contribuição importante na elaboração de uma nova cultura internacional.

Uma amostragem dos representantes mais ativos dessas diferentes tendências, vindo tanto do Norte como do Sul do planeta, da esquerda radical ou dos movimentos sociais se juntou, num espírito unitário e fraterno, ao seio da Conferência Intergaláctica pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, convocada, nas montanhas de Chiapas, no México, em julho de 1996, pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional — um movimento revolucionário que soube combinar, de maneira original e concreta, o local, as lutas indígenas de Chiapas, o nacional, o combate pela democracia no México, e o internacional, a luta mundial contra o neoliberalismo. Trata-se de um primeiro passo, ainda modesto, mas que vai na boa direção: a reconstrução da solidariedade internacional.

É evidente que, nesse combate global contra a globalização capitalista, as lutas nos países industriais avançados, que dominam a economia mundial, têm um papel decisivo: uma mudança profunda da relação de forças internacional é impossível sem que o próprio “centro” do sistema capitalista seja tocado. O renascimento de um movimento sindical combativo nos Estados Unidos é um sinal que encoraja, mas é na Europa que os movimentos de resistência ao neoliberalismo são mais potentes, mesmo se sua coordenação em escala continental ainda esteja muito pouco desenvolvida. Só muito recentemente, com as greves em torno do fechamento da usina de Vilvorde, a marcha europeia dos desempregados em Amsterdã, a iniciativa dos sindicatos europeus em Luxemburgo e a confraternização entre os movimentos de desempregados da França e da Alemanha, vemos se esboçarem as primeiras iniciativas nesse sentido.

É da convergência da renovação da tradição socialista, anticapitalista e antiimperialista, do internacionalismo proletário — inaugurada por Marx no *Manifesto Comunista* — com as aspirações universalistas, humanistas, libertárias, ecológicas, feministas e democráticas dos novos movimentos sociais que poderá surgir o internacionalismo do século XXI.

BIBLIOGRAFIA

BENSAÏD, D. (1997). *Le pari mélancolique*. Paris, Fayard

BOURDIEU, P. (1998). *Contre-feux*. Paris, Liber-Raisons d'agir.

DERRIDA, J. (1993) *Spectres de Marx*. Paris, Glilée.

MAUROY, P. (1998). "Indispensable Internationale Socialiste". *Le Monde*, 27/5/98.

TROTSKI, L. (1930). "Vowrort zur deutschen Ausgabe". In: *Die permanente revolution*. Berlim, Verlag die Aktion.

VVAA (1996). "14º Congrès mondial dela Quatrième Internationale". Inprecor, fev/96.

Periódico

Le Monde Diplomatique, nº 526, janeiro de 1998, p. 8